

O SENTIDO ÉTICO DAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN*

Darlei Dall'Agnol**

SÍNTESE – O objetivo central do presente trabalho é mostrar que o livro *Investigações Filosóficas*, de Ludwig Wittgenstein, a exemplo de seu *Tractatus Logico-philosophicus*, possui um sentido ético. A fim de atingir esse objetivo, sustentarei que o primeiro livro de Wittgenstein estabelece uma *separação* entre ciência e moralidade, proibindo a redução desta àquela. Tem, por essa razão, um sentido ético. Na segunda parte, mostrarei que a *distinção* entre diferentes jogos de linguagem, principalmente entre jogos descritivos e normativos, contém a tarefa principal do pensamento analítico e crítico, a saber, proibir a redução da moralidade à ciência. Portanto, as *Investigações* também têm sentido ético.

PALAVRAS-CHAVE – Wittgenstein. Ética. Investigações filosóficas.

ABSTRACT – The aim of this paper is to show that Wittgenstein's *Philosophical Investigations* has ethical sense as his *Tractatus* does. In order to achieve this goal, I argue that Wittgenstein's first book makes a *separation* between science and morality forbidding the reduction of the latter to the former. It has, for this reason, ethical sense. In the second part, I show that the *distinction* between different language games, mainly between descriptive and normative ones, keeps the main task of the analytical and critical thinking, namely to prohibit the reduction of morality to science. Therefore, the *Investigations* has also ethical sense.

KEY WORDS – Wittgenstein. Ethics. *Philosophical investigations*.

Introdução

O objetivo central do presente trabalho é mostrar que o livro *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein, a exemplo de seu *Tractatus Logico-philosophicus*, possui sentido ético. Já foi observado, talvez com algum exagero, que tudo o que Wittgenstein escreveu possui relevância ética. Todavia, as suas *Investigações*, ao coibir o entrecruzamento de diferentes jogos-de-linguagem,

* Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, em 19 de outubro de 2004, em Salvador. De alguma forma, o trabalho pretende responder a uma questão formulada por José Arthur Giannotti no Colóquio Moore e Wittgenstein: homenagem ao centenário do *Principia Ethica* e ao cinquentenário das *Investigações Filosóficas*, realizado em Florianópolis em 2003. O problema era saber se as *Investigações* de Wittgenstein também não fornecem um argumento antireducionista na Ética. Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro ao meu projeto de pesquisa *Seguir uma regra: as contribuições de Wittgenstein ao debate meta-ético entre cognitivistas e não-cognitivistas*.

** Professor. Doutor. UFSC/CNPq.

principalmente, os descritivos e os normativos, realizam a tarefa *analítico-crítica* tal como ela foi concebida no seu primeiro livro, o que também lhe confere sentido ético. Para provar essa hipótese, será reconstituído, na primeira parte do trabalho, o ponto central do *Tractatus* argumentando que Wittgenstein queria delimitar o domínio da ciência separando claramente o que pode ser dito com sentido e o que somente pode ser mostrado. As *Investigações* realizam essa mesma delimitação de outra maneira, o que exibe uma continuidade fundamental no pensamento wittgensteiniano. Ao perceber o caráter redutivo do sentido presente no *Tractatus*, concebido em termos do valor de verdade das proposições, Wittgenstein ampliou-o com a noção de jogos-de-linguagem. Assim, na segunda parte do trabalho, esse ponto será elucidado além de argumentar que essa ampliação não leva ao relativismo. Ao contrário, a partir da tarefa analítico-crítica, também presente nas *Investigações*, percebe-se claramente a coibição do entrecruzamento dos jogos-de-linguagem morais e científicos. Finalmente, argumenta-se que a adoção do método analítico é feita por razões éticas: a finalidade da dissolução dos pseudoproblemas metafísicos é levar a uma vida melhor.

1 O sentido ético do *Tractatus*

Dado que Wittgenstein queria publicar o *Tractatus* e as *Investigações* num único volume e como estas enunciam, logo no prefácio, que devem ser compreendidas tendo aquele como pano de fundo, convém iniciar com uma breve caracterização do sentido geral do primeiro e único livro publicado em vida pelo autor das obras em questão.

É bem conhecida a carta de Wittgenstein a Ficker a propósito do *Tractatus*. “O ponto central do livro é ético. Em certa ocasião quis incluir no prefácio uma frase que, de fato, não se encontra nele, mas que transcreverei para que você encontre a chave da obra. O que quis escrever era isso: meu trabalho consta de duas partes, a exposta nele e mais tudo o que não escrevi. *E esta segunda parte é precisamente a mais importante*. Meu livro traça os limites da esfera do ético, por assim dizer, desde dentro e estou convencido de que esta é a ÚNICA maneira rigorosa de traçar esses limites.”¹ A partir desse esclarecimento, surgiu uma leitura diferente daquela feita pelo Círculo de Viena da obra de Wittgenstein.² Ao contrário do que sustentava o positivismo, o *Tractatus* possui revelância ética.

¹ A obra de Janik e Toulmin, *A Viena de Wittgenstein*, foi uma das principais responsáveis pela leitura ética do *Tractatus*. Sobre esse ponto conferir: DALL'AGNOL, D. *Ética e linguagem*. Uma introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein (2. ed.). São Leopoldo/Florianópolis: Edunisinus/Edufsc, 1995.

² O amigo e arquiteto Paul Engelmann escreveu: “O positivismo sustenta – e essa é a sua essência – que aquilo que podemos falar é tudo o que importa na vida. *Todavia, Wittgenstein crê ardentemente que tudo aquilo que realmente importa na vida humana é precisamente aquilo sobre o que, desde o seu ponto de vista, devemos guardar silêncio*. Quando ele assume imensos trabalhos para delimitar aquilo que é desprovido de importância, não está dedicando-se a fazer um reconhecimento da linha costeira dessa ilha com uma precisão tão meticulosa, mas está tratando dos confins do oceano.”

Para compreender melhor essa indicação de leitura da obra, precisamos considerar dois pontos. Primeiro, que a filosofia é entendida no *Tractatus* como “Crítica da Linguagem” (4.0031). Partindo da teoria russelliana das descrições definidas, Wittgenstein mostra que a forma aparente de uma proposição, sua forma gramatical, nem sempre coincide com a sua forma lógica real. Em outros termos, a linguagem precisa de um corretivo. Segundo, essa crítica da linguagem deve ser interpretada kantianamente: trata-se de, partindo do fato de que nos fazemos figurações dos fatos, analisar as condições que as tornam possíveis e, então, exibir o que não satisfaz essas condições.

A questão central, agora, é essa: quais são as condições de possibilidade do dizer, do figurar proposicionalmente um estado de coisas? Grosso modo, são essas: que os nomes substituam os objetos na proposição (4.0312); que estejam concatenados em proposições (3.14); que a forma lógica dessa concatenação seja idêntica à forma da realidade (2.18) e que proposições complexas possam ser obtidas como funções de verdade a partir de proposições elementares (5). Essas condições, todavia, *mostram-se* nas próprias figurações e não podem ser expressas com sentido, isto é, em novas proposições que podem ser verdadeiras ou falsas. Afirmar: o nome “x” refere-se ao objeto a, é emitir um contra-senso. Qualquer proposição bem construída que inclua o nome “x” mostra o objeto referido. Vamos, aqui, como Wittgenstein usando a distinção fregeana entre sentido e referência, estabelece os limites da linguagem significativa.

Estabelecidas as condições do dizer, temos os limites da ciência e da linguagem cotidiana significativa. Podemos reconhecer, então, que muitas afirmações não satisfazem essas condições. Por exemplo, falar “o mato está no gato,” “o único mundo real é o das minhas representações” etc. é expressar algo sem preencher as condições do sentido. Nesse caso, enquadram-se também as afirmações da lógica, da ética, da estética enquanto disciplinas filosóficas que pretendem *dizer* o que somente pode ser *mostrado*. Por isso, assim como as elucidações tractarianas são contra-sensos, também os juízos ético-filosóficos tentam dizer o que somente se mostra e, por isso, transgridem os limites do sentido. É por essa razão que Wittgenstein, ao final do *Tractatus*, vê-se obrigado a usar a metáfora da escada e afirmar que quem o compreende ultrapassa o livro em direção a uma visão correta do mundo.³

Como podemos perceber, as proposições da ciência e os juízos cotidianos bem construídos apresentam apenas fatos contingentes do mundo. Os valores absolutos como a boa vontade, a felicidade etc. estão fora dessa esfera e, portanto, são indizíveis. Por outro lado, os juízos morais cotidianos, que não pretendem dizer, mostram o que deve ou não ser feito e constituem a segunda parte do *Tractatus*, não escrita, mas a mais importante. Por exemplo, afirmar “Deves manter as promessas,” *mostra* o que deve ser feito, embora nada diga com sentido. Por con-

³ O chamado “novo Wittgenstein,” defendido por Diamond e Conant, entre outros, possui o mérito de mostrar a continuidade entre o *Tractatus* e as *Investigações*. Todavia, considerar a natureza das elucidações tractarianas como simples *absurdos* é equivocado.

seguinte, a moral está, para Wittgenstein, fora do discurso cientificista. Ela tem menos a ver com racionalizações do que, por exemplo, com sentimentos adequados. Temos, assim, o sentido ético do primeiro livro de Wittgenstein: ele mostra a irreducibilidade da moral à ciência.

2 A interdição do entrecruzamento dos jogos-de-linguagem morais e científicos

As *Investigações* precisam também ser interpretadas a partir do projeto crítico. Wittgenstein escreveu: “Sentimos como se devêssemos *penetrar* os fenômenos: nossa investigação, todavia, não é dirigida aos fenômenos, mas, como alguém poderia dizer, às ‘possibilidades’ dos fenômenos. Quer dizer, nós nos lembramos do *tipo de sentença* que fazemos sobre os fenômenos.” (§ 90) Além de situar o seu trabalho na tradição analítico-crítica do *Tractatus*, Wittgenstein faz uma importante observação metodológica: chama a atenção para o trabalho de esclarecimento de *tipos* de sentenças que fazemos sobre os fenômenos.⁴ Como veremos a seguir, a introdução da noção de jogos-de-linguagem é feita a partir da mesma observação. Em outros termos, também as *Investigações* concebem a filosofia como *crítica da linguagem*.

Antes de reconstruirmos como essa atividade é agora levada a cabo, convém esclarecer melhor a tarefa crítica empreendida pelas *Investigações*. Wittgenstein esclarece: “Nossa investigação é, portanto, gramatical. Uma tal investigação joga luz sobre o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Esses mal-entendidos dizem respeito ao uso das palavras causados, entre outras coisas, por certas analogias entre formas de expressão em diferentes domínios da linguagem. – Alguns deles são removidos pela substituição de uma forma de expressão por outra; isto pode ser chamado uma ‘análise’ de nossas formas de expressão, pois o processo é algumas vezes parecido com uma decomposição.” (§ 90) Embora não seja possível comentar todos os pontos desse parágrafo nos limites do presente trabalho, três deles precisam ser destacados: (i) a investigação filosófica, que no *Tractatus* era lógica, continua tendo a mesma natureza, agora sob o nome de “gramática filosófica” que consiste basicamente no esclarecimento das *regras* de uso das expressões e sentenças no interior de sistemas linguísticos; (ii) a análise também continua sendo o método filosófico empregado para a realização da crítica da linguagem; (iii) as confusões filosófico-metafísicas precisam ser eliminadas não somente através da exibição de que os seus nomes não possuem referência, mas através de uma ampla gama de procedimentos. Por conseguinte, as *Investigações* procuram,

⁴ Apesar da crítica tractariana a uma *teoria* dos tipos à la Russell, Wittgenstein sempre sustentou, do *Tractatus* às *Investigações*, que há *tipos* diferentes de sentenças. Além disso, argumentou que a confusão entre tipos produz erros primários, categoriais. Também Moore sustentou que “*bom*” é *sui generis* e não pode ser identificado com outros tipos de propriedades, por exemplo, naturais ou metafísicas. Nesse sentido, o argumento antireducutivista aqui apresentado pode ser comparada com a minha versão da falácia naturalista baseada na diferença *categoriais* entre conceitos éticos e naturais (cf. Dall’Agnol, 2002).

de um modo geral, realizar o programa crítico que o *Tractatus* falhou em levar a cabo.⁵

A questão central, então, é esta: como as *Investigações* realizam a tarefa crítica e como ela possui relevância ética? Para responder a essa pergunta, é necessário introduzir a noção de jogos-de-linguagem alertando, desde já, para dois pontos: primeiro, que Wittgenstein ao fazê-lo, no início do parágrafo 23 das *Investigações*, salienta que há diferentes *tipos* de sentenças; segundo, que no mesmo parágrafo alerta que ao comparar a linguagem com jogos quer ressaltar que se trata de uma *atividade* de uma forma de vida. Pois bem, há diferentes jogos-de-linguagem que podem ser exemplificados desse modo: dar e cumprir ordens; desenhar um objeto; descrever um fato; prever um acontecimento; contar piadas; representar teatralmente; agradecer; rezar etc... A partir deles podemos ressaltar as diferenças entre *tipos* de sentenças: morais, científicas, artísticas, religiosas que se expressam diferentemente através de seus respectivos sistemas lingüísticos. Cada jogo-de-linguagem possui as suas próprias regras e é no seu interior, a partir das práticas e instituições que lhe são constitutivas, que as palavras e as frases adquirem significado. Podemos dizer, grosso modo, que enquanto o *Tractatus* aplica o princípio do contexto somente aos nomes, as *Investigações* aplicam-no às próprias sentenças através da noção sistêmica de jogos-de-linguagem.

Se lembrarmos, agora, o que foi dito no parágrafo 90 acima citado, a saber, que muitos mal-entendidos surgem quando algumas analogias são feitas entre certos domínios da linguagem, quando transpomos inadvertidamente o que é específico de um jogo-de-linguagem para outro, então entenderemos como surgem problemas metafísicos que a análise da linguagem deve dissipar. Por exemplo, um intuicionista moral, deslumbrado com a objetividade dos jogos-de-linguagem científicos, pode pretender analogamente fundamentar a ética numa faculdade moral específica que cumpriria a função que a percepção desempenha em algumas ciências, agregando a postulação de propriedades morais específicas e fatos morais *sui generis* etc. A análise filosófica deve decompor novamente este entrecruzamento de jogos-de-linguagem dissolvendo os pseudoproblemas metafísicos criados a partir dessa comparação indevida.

Mas Wittgenstein não quer apenas coibir a interseção dos jogos-de-linguagem. Ele fornece algo mais, a saber, um argumento antireducionista, isto é, um argumento para mostrar que os jogos-de-linguagem morais não podem ser *reduzidos* aos jogos-de-linguagem científicos. Nesse sentido, ele continua sendo um antinaturalista na ética.⁶ Aliás, ele foi um antireducionista também em outros

⁵ Insistir na continuidade da tarefa crítica entre o *Tractatus* e as *Investigações* não significa negligenciar algumas diferenças. Wittgenstein reconheceu que o *Tractatus* estava errado em vários pontos: a independência lógica entre as proposições elementares, a identificação do sentido com valor de verdade etc. Enfim, o *Tractatus* é um relógio que não funciona e não um amontoado de ferragem velha pretendendo ser um relógio. As *Investigações* fazem o *Tractatus* funcionar a partir de uma concepção mais realista, isto é, menos idealizada e mais humana da natureza da linguagem.

⁶ É claro que a palavra "natural" é ambígua e não estamos defendendo que Wittgenstein foi um antinaturalista no sentido de que foi um metafísico. Além disso, apesar do fato de que a noção

campos, por exemplo, na filosofia da mente. Wittgenstein sustentou que um paralelo enganador é tratar na psicologia um processo na esfera psíquica como a física trata do mundo natural (§ 317, 414, 571 e 630). Quer dizer, sentir, querer, pensar etc. não são objetos da psicologia *no mesmo sentido* em que o movimento dos corpos, a eletricidade etc. são objetos da física. Há diferenças de tipo aqui que não podem ser negligenciadas. Aliás, qualquer leitor atento das *Investigações* já notou o quanto Wittgenstein insiste na diferença de *tipo* entre suas observações gramático-filosóficas e observações empíricas.

Para mostrar que há também um argumento antireducionista na ética, convém ilustrar com um exemplo associado a essa diferença. Na crítica que Wittgenstein faz à confusão entre *causa* e *motivo*, encontramos uma interdição à invasão da linguagem descritiva no âmbito da moral. Apesar de certas semelhanças-de-família nos usos dessas expressões, o desrespeito às regras que determinam o seu uso gera problemas metafísicos que precisam ser dissolvidos reconduzindo aquelas expressões ao seu jogo-de-linguagem original. Por conseguinte, as *Investigações* também mantêm a separação entre fatos e valores, entre ética e ciência, tal como ela está presente no *Tractatus*, o que lhe confere o mesmo sentido, a saber, seu ponto central é ético.

Aprofundemos um pouco esse ponto que é central para as pretensões do presente trabalho, a saber, as diferenças entre causa e motivo de ação. Desde o *Livro Azul*, Wittgenstein critica a confusão conceitual entre causa e motivo ou razão para agir. Ele aponta para a existência dessa confusão, por exemplo, na psicanálise. Nas suas observações sobre Freud, escreveu: “Vejo uma confusão entre causa e razão aqui. O sucesso da análise deve ser mostrado pela concordância da pessoa. Não há nada correspondente a isso na física. É claro que *podemos* apresentar *causas* para a nossa risada, mas se elas são de fato causas isso não é mostrado pelo fato de a pessoa concordar que sejam. Uma causa é encontrada experimentalmente [...] e aquilo com o qual o paciente concorda não pode ser uma *hipótese* quanto à *causa* de sua risada, mas somente que tais e tais coisas são a *razão* pela qual ele riu.” Em outros termos, segundo a psicanálise, o paciente deve consentir em ser analisado e acreditar nos procedimentos adotados para que possa curar-se. A cura adviria por *livre* associação. Todavia, também se sustenta que problemas psíquicos são causados por *determinações* inconscientes que são independentes do sujeito. Nesse caso, ao apresentar causas para ações e não motivos, Freud acaba entrecruzando jogos-de-linguagem científicos e práticos.

O jogo-de-linguagem das ações pressupõe intenções, desejos etc. que não podem ser compreendidos a partir do jogo-de-linguagem das causas físicas. Em

“forma-de-vida,” seja usada nas *Investigações* tanto no plural quanto no singular deve-se marcar uma diferença fundamental aqui. No primeiro caso, deve-se comparar a forma de vida humana com outras, por exemplo, leões que, mesmo se falassem, não os entenderíamos, e, no segundo caso, devemos ter presente que a linguagem humana é o único sistema de referências a partir do qual podemos julgar e procurar entender outras linguagens. Por isso, o conceito forma-de-vida é “transcendental” e não naturalista: refere-se a aquilo que deve ser partilhado para que a comunicação seja possível.

outros termos, ações humanas não são meros eventos entre outros tantos fenômenos físicos no mundo. Elas pressupõem agentes que deliberam e escolhem cursos alternativos de ação. Esses agentes podem ser responsabilizados pelos seus atos e se as suas ações fossem realmente determinadas causalmente essa idéia seria absurda. Muitas instituições humanas como as prisões, a democracia etc. não fariam o menor sentido. Por conseguinte, o jogo-de-linguagem das ações é *irreduzível* a certos jogos-de-linguagem científicos. Não é possível descrever o jogo-de-linguagem dos motivos em termos de causas sem perda substancial de seu conteúdo normativo.

É claro que muitos termos podem ter tanto significados descritivos quanto prescritivos. Por exemplo, a palavra "corajoso" pode conter os dois elementos. Ao qualificarmos alguém como corajoso podemos atribuindo-lhe uma certa qualidade de forma descritiva possuindo assim nosso juízo moral um alto grau de objetividade, pois é relativamente bem estabelecido o padrão do que consideramos um ato corajoso. Mas, em outros contextos, podemos estar usando essa mesma palavra para encorajar alguém a agir de certo modo e, assim, prescrevendo um comportamento. Por conseguinte, pode existir um entrecruzamento mínimo entre jogos-de-linguagem descritivos e normativos. O que não pode ser feito sob pena de produzirmos absurdos é tentar reduzir um *tipo* de sentença a outro, por exemplo, tentar anular a especificidade do jogo-de-linguagem moral através das regras constitutivas do jogo-de-linguagem científico. Tais reduções produzem erros categoriais que são uma espécie de curto circuito no nosso esquema conceitual. Tais erros são, de fato, confusões metafísicas que a análise filosófica deve eliminar.

Finalmente, um breve comentário sobre o suposto relativismo de Wittgenstein que, ao defender uma pluralidade de formas-de-vida e múltiplos jogos-de-linguagem, levaria a uma postura "tudo vale". Loparic (2000, p. 143) chega a qualificar a posição de Wittgenstein de "ultraceticismo." Essa interpretação é, todavia, problemática. Primeiro, como já foi observado acima, somente a forma-de-vida humana possui, pelo que sabemos até hoje, linguagem *proposicional* e este é o sistema de referências a partir do qual podemos, eventualmente, interpretar linguagens de outras formas-de-vida. Também sabemos que outros animais possuem algum tipo de linguagem, digamos "agostiniana". Por isso, mesmo que papagaios emitam sentenças completas, não sabem dizer se são verdadeiras ou falsas e, certamente, não mostram comportamentos correspondentes. Por conseguinte, a noção forma-de-vida desempenha um papel central na gramática filosófica que não é uma investigação empírica qualquer, digamos antropológica.

Em segundo lugar, podemos classificar, a partir das *Investigações*, dois jogos-de-linguagem *morais* básicos: um *imperativo* que prescreve ações, atitudes etc. através de expressões deonticas tais como "dever," "não poder" etc. e outro *valorativo* que as qualifica com termos avaliativos "bom," "melhor" etc. Note-se que as formas-de-vida citadas a pouco não partilham as *práticas* desses jogos-de-linguagem conosco. Mas o que é mais importante: a introdução de diversos jogos-de-linguagem, mesmo diversos especificamente morais, não significa o reconhecimento do multiculturalismo ou do pluralismo moral. Nas suas *Investigações* (§

249), Wittgenstein chega a considerar a mentira como um jogo-de-linguagem. Será que isso significa que ele aprovaria a mentira? Ou será que ele pensa que certos povos possuem esse jogo-de-linguagem e outros não? Obviamente, esse não é o caso e muito menos é o caso que o reconhecimento de uma pluralidade de jogos-de-linguagem signifique a aceitação do ceticismo. Deve-se manter presente que Wittgenstein está *descrevendo* diferentes tipos de sentenças e explicitando as regras que lhes são constitutivas. E como foi argumentado nesse trabalho, coibindo o entrecruzamento dos diferentes tipos de linguagem. Portanto, a noção de jogos-de-linguagem não introduz o relativismo moral.

Observações finais

O objetivo central desse trabalho foi o de mostrar que, assim como o *Tractatus* possui sentido ético por traçar limites ao que a ciência pode dizer exibindo que há um domínio do indizível que pode ser mostrado através da arte, da moral etc, assim também as *Investigações* pretendem coibir o entrecruzamento de jogos-de-linguagem distintos, a saber, o científico e o moral. Como vimos, os jogos-de-linguagem morais e os jogos-de-linguagem científicos são irreduzíveis um ao outro. Usando a idéia de Wittgenstein de que a investigação gramatical (lógico-filosófica) afasta os mal-entendidos ocasionados pela transposição inadequada de termos, proposições etc. de uma região da linguagem (a que prescreve ou avalia comportamentos) para outras regiões (as que descrevem fatos, prevêm acontecimentos físicos etc), podemos reconstruir um argumento contra a redutibilidade da ética à ciência. Tentativas de reduzir a moralidade à ciência sempre existiram (psicologismos, historicismos, sociobiologismos etc.) e, hoje, a forma mais corriqueira é tentar dar algum tipo de explicação genética, senão físico-química, para os comportamentos morais. A análise, entendida como separação das confusões conceituais geradores de pseudoproblemas metafísicos, continua sendo um método poderoso para elucidar as diferenças entre *tipos* de proposições mantendo, senão uma *separação* radical entre ciência e ética tal como foi preconizada pelo *Tractatus*, ao menos uma *distinção* fundamental entre ambas sem cair num dualismo. Portanto, o sentido ético das *Investigações* é múltiplo: primeiro, por fornecer um argumento antireducionista e assim coibir o naturalismo ético; segundo, por mostrar que a adoção do método analítico é feita por razões éticas; e, terceiro, que a dissolução dos pseudoproblemas metafísicos traz paz aos pensamentos e, assim, segue aquele que é, para Wittgenstein, o imperativo ético supremo: viva feliz!

Referências

- CRARY, A.; READ, R. *The new Wittgenstein*. New York: Routledge, 2000.
- CUTER, J. V. G. A Ética do Tractatus. *Analytica*, v. 7, n. 2, p. 43-58, 2003.
- DIAMOND, C. *The realistic spirit*. Massachusetts: The MIT Press, 1995.

- DALL'AGNOL, D. *Ética e linguagem*. Uma introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein. 2. ed. São Leopoldo/Florianópolis: Edunisinos/Edufsc, 1995.
- DALL'AGNOL, D.; MOORE, G. E. In: DEMATEIS, P. (ed.). *British Philosophers 1800-2000*. New York: Thomson Gale, 2002, p. 155-163.
- DALL'AGNOL, D. What we cannot say, we can and must speak about. *Papers of the 27th International Wittgenstein Symposium*. Kirchberg am Wechsel: 2004, p. 89-91.
- GLOCK, H. J. (ed.). *Wittgenstein: a critical reader*. Massachusetts, Blackwell, 2001.
- LOPARIC, Z. Sobre a ética em Heidegger e Wittgenstein. *Natureza Humana*, v. 2, n. 1, p. 129-144, 2000.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: connections and controversies*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- MONK, L. *Wittgenstein. The duty of genius*. New York: Penguin Books, 1990.
- MACHADO, A. N. A terapia metafísica do *Tractatus* de Wittgenstein. *Cadernos Wittgenstein*. São Paulo, n. 2, p. 5-57, 2001.
- WITTGENSTIEN, L. *Werkausgabe*. Frankfurt am Main: Surhkamp, 1989.